

POLÍTICA
ALÉM DA NOTÍCIA

Reparos a Covas

O presidente Sarney fez ontem seu mais longo programa "Conversa ao pé do rádio", revelando um estado de ânimo revigorado para enfrentar as etapas mais próximas do calendário institucional. O Palácio do Planalto, ontem, refletia certo clima de alívio, e mesmo temas bombásticos, como a reforma ministerial, eram tratados com uma atitude normal e menos emotiva. O Palácio relaxou sobretudo, depois que o deputado Ulysses Guimarães perdeu pontos de prestígio na Constituinte, mas ainda assim há quem antecipe mais problemas com a ascensão do senador Mário Covas à liderança do PMDB entre os seus pares.

O novo líder questionou a presença do presidente da República no Conselho político, reunindo a cúpula política da Aliança Democrática na Constituinte, como uma atitude plena de soberania daquele poder. Essa linha de raciocínio levaria ao distanciamento do presidente Sarney dos exercitamentos políticos que o corpo constituinte estará desenvolvendo, a partir de agora, quando plenamente instaladas suas comissões.

Mas a contratação doutrinária do Planalto é a de que Sarney como presidente de honra do PMDB e patrono do PFL, não poderá estar distante da produção político-legislativa, mesmo porque é o guardião das instituições civis que estarão mais ou menos estabilizadas na medida em que a soberania não se confundir com soberba.

Político, oriundo do Congresso, tendo atendido nos últimos dois anos de governo centenas de parlamentares no seu gabinete ou em encontros no Palácio da Alvorada, Sarney mantém um vínculo de raiz com o poder parlamentar.

Tão tênues são esses laços, do ponto de vista de relacionamento formal entre os poderes, que somente um constituinte, entre todos, foi membro dos três, o deputado Arnaldo Prieto, do PFL gaúcho, que já passou pelo Executivo — como ministro de Estado — e pelo Tribunal de Contas. Há necessidade de uma interação informal entre os poderes para não ser desmantelada a base do poder civil, que é interativa entre as instituições. No regime presidencialista clássico, desmontar o eixo dessa interação — a Presidência da República — será executar uma clivagem no equilíbrio, passando-se a exercer uma política de enfrentamento entre os poderes.

Essa análise projeta a presença do presidente da República nesses conselhos e nessas formulações, como um verdadeiro elogio à transição, frágil, mas civil.

JOSE HUGO JÁ ESTÁ INFORMADO

O ministro José Hugo Castelo Branco, já foi informado pelo presidente Sarney sobre o seu novo cargo.

ALUIZIO TRABALHA NA CONCILIAÇÃO

Depois de um café da manhã com o ministro Aluizio Alves, ontem, o ministro Almir Pazianotto ficou bem mais tranqüilo em face de seu futuro no Governo.

LEONARDO MOTA NETO

Governo de coalizão

A proposta de união nacional formulada pelo ministro Marco Maciel não parece ter sensibilizado os políticos, tal o silêncio com que foi recebida. O ministro continua sustentando a necessidade de um governo de coalizão nacional em cima de um programa destinado a conjurar a mais grave crise econômico-financeira da história do País.

Entre as lideranças mais responsáveis do Congresso existe a convicção de que o agravamento da crise conduzirá o País a dificuldades sociais e políticas imprevisíveis. O que Maciel sugere é o entendimento das forças majoritárias em torno de um programa a ser discutido e capaz de superar as dificuldades internas e externas.

Maciel não notou qualquer discordância do presidente Sarney à sua proposta, mas continua esperando que outros líderes políticos examinem essa hipótese. Ele está certo de que a reforma ministerial só terá sentido se feita para compor um governo de coalizão nacional, dentro do qual seriam representadas as forças mais importantes da Nação.

E imagina que possam fazer parte do ministério representantes de diferentes partidos e personalidades partidárias. O que considera prioritária é a discussão em torno do programa, antes de se pensar em nomes capazes de integrar esse ministério, observando que o contrário seria como colocar o carro diante dos bois.

O chefe do Gabinete Civil não vê porque se deva promover uma reforma ministerial apenas para substituir pessoas sem um compromisso maior com a avassaladora crise econômico-financeira que promete gerar um quadro de instabilidade social no País.

Ele continua convencido de que, uma vez definida a vontade política em favor desse entendimento nacional, acima de partidos, o atual ministério deveria renunciar coletivamente para facilitar o trabalho de recomposição a cargo do Presidente — e afastando os constrangimentos.

Ao contrário do que se possa pensar, Marco Maciel gostou da eleição do senador Mário Covas para líder do PMDB na Constituinte. Está certo de que a ascensão de Covas foi um fato positivo para a Constituinte e para o próprio Governo, que nele deverá encontrar um negociador seguro. Maciel mantém uma discordância com o novo líder no caso da participação do presidente da República de certas decisões importantes da Constituinte.

Considera irreal supor a completa ausência do Governo das grandes decisões da Constituinte. Se o cidadão comum tem o direito de participar, por que o presidente da República, que é chefe de Estado e chefe político, presidente de honra do PMDB e patrono do PFL, teria que ficar à margem de decisões de tanta importância e profundidade?

ALTO NÍVEL

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, fez uma visita ao senador Mário Covas, depois do almoço de ontem, cumprimentando-o pela sensacional eleição para líder do PMDB na Constituinte. Ex-colega do senador paulista na Câmara dos Deputados, Brossard acha que sua escolha coloca a liderança do PMDB na Constituinte numa dimensão de grandeza.

O senador Mário Covas é um político de grande categoria — dizia o ministro da Justiça, ontem, no Comitê de Imprensa do Senado, depois de ter conversado longamente com seu antigo colega.

IDEÁRIO

O líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, anuncia que, até o fim do mês, deve estar pronto o ideário da Constituinte com o qual um grupo de parlamentares pretende nortear sua ação.

TARCISIO HOLANDA

CONSTITUINTE

PFL vai se rebelar se acordo não for cumprido

Dirigentes do PFL decidiram partir para uma campanha agressiva contra o PMDB, se não for cumprido o acordo, feito com o presidente Ulysses Guimarães e o líder Luiz Henrique (SC), que lhes garantiu a 1ª vice-presidência da Constituinte. Na visão deles, perdem os cargos mas obterão um grande rendimento político, porque o PMDB ficará desmoralizado. "Pior do que a antiga Arena" — ob servou importante político do PFL.

O PFL está convencido de que o presidente Ulysses Guimarães ficará muito pre judicado se a bancada do PMDB não cumprir o acordo. Qualquer ato que atinja o presidente Ulysses aumentará, segundo esses dirigentes, as divergências inter nas dentro do PMDB.

Esquerda unida por mais cargo

A união faz a força. Sem perder de vista esta antiga máxima popular, os partidos de esquerda da Constituinte estão se aproximando mais uma vez para tentar aumentar o seu potencial de fogo. Agora, o objetivo da atuação conjunta é conquistar o maior número possível de vagas nas comissões constitucionais, sem deixar um só subgrupo a descoberto das ações das forças progressistas.

Segundo o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, dirigentes e lideranças dos cinco partidos esquerdistas da Constituinte vêm mantendo periódicas para articular o preenchimento das vagas a que terão direito nas comissões temáticas. Como isoladamente nenhuma das legendas teria condições de marcar presença em todos os grupos (somas das elas têm apenas 51 constituintes), a idéia é espalhar as forças progressistas pelas diferentes comissões, numa atuação acima das vinculações partidárias.

Maior controle para estatais

O controle efetivo das atividades das empresas estatais pelo Congresso Nacional foi defendido ontem pelo futuro relator da Comissão da Ordem Econômica da Constituinte, senador Severo Gomes. Segundo o senador, esse controle deve visar, principalmente, aquelas empresas essenciais para a iniciativa privada e segurança nacional.

O PMDB já definiu, praticamente, os nomes indicados para os cargos de relatores das três subcomissões da ordem econômica, favorecendo o setor mais progressista do partido. Para a subcomissão de princípios gerais, intervenção do Estado, regime da propriedade do subsolo e da atividade econômica será indicado o nome do paranaense Hélio Duque. Dirceu Carneiro, de Santa Catarina, deverá relatar os trabalhos da subcomissão da Questão Urbana e Transportes.

Entre os temas que deverão provocar as maiores polémicas na comissão, Severo alinha: a intervenção do Estado na economia, a exploração e uso do subsolo e propriedade mineral e a questão da reserva de mercado para informática.



Paulinelli: vetado

Ruralista não quer Paulinelli

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, tem mais um desafio pela frente: vetar o nome do ex-ministro da Agricultura e atual deputado Alysson Paulinelli (PFL/MG) para a direção da subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária. O pedido ao veto foi feito ontem ao senador pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Em telegrama ao líder na Constituinte, o presidente da Contag, José Francisco da Silva, diz que os trabalhadores rurais (são oito milhões de sindicalizados) reivindicam ainda o veto aos nomes de "outros representantes das forças reacionárias" na Constituinte, que também se articulam para ocupar cargos na subcomissão.

que já são consideráveis. "Eles estão sepultando o Dr. Ulysses" — comentou outro líder.

INDEPENDÊNCIA

O grupo conformista do PFL, que desejava a submissão do partido à disposição do PMDB de não ceder a 1ª vice-presidência, diminuiu nas últimas horas. Este grupo enfatiza que com 133 constituintes contra 305 do PMDB (a maioria absoluta) PFL tem possibilidades reduzidas de eleger seus representantes, caso haja confronto.

Há, porém, a certeza de que se não reagir à perda da 1ª vice-presidência o PFL ficará sem independência. Dependerá, em tudo, do PMDB, do seu grupo mais radical que é, exatamente, o interessado em

LUIZ MARQUES



Lourenço (E) disse a Covas que a convivência entre PFL e PMDB ficará difícil

Impasse no primeiro encontro

Os líderes do PMDB e do PFL na Constituinte, senador Mário Covas (SP) e o deputado José Lourenço (BA), não conseguiram ontem em seu primeiro encontro superar o impasse de uma divergência de reivindicações.

Ao relatar o encontro com Lourenço, Covas disse que há "uma divergência de reivindicações", e referiu-se à possibilidade de entendimento após novas reuniões. Qualificou a conversa de cordial, não quis empregar a palavra impasse, afirmou:

— Temos ambos uma representação a cumprir, cada um sustenta o ponto de vista que colheu nas respectivas bancadas, e por enquanto não se abriu nenhum caminho para que ele e eu abrissemos mão da reivindicação.

Covas, que garantiu que não houve "nenhum desatino de natureza verbal ou de qualquer natureza" na conversa, não quis antecipar se o desatino será a disputa em plenário. Preferiu não fazer previsões, argumentando que "quando se está conversando, não se determina".

O líder do PMDB disse também que o cronograma da Constituinte será cumprido, com a eleição da Mesa na próxima semana — quarta ou quinta-feira — e a composição das comissões. O adiamento da eleição foi sugerido pelo líder do PFL, mas não aceito por Covas.

Já Lourenço, embora

romper o acordo. O PFL sabe as consequências, mas acha preferível a luta contra o PMDB à submissão, ainda que isto represente o fim da Aliança Democrática.

PRI

"Você já pensou o efeito do José Lourenço (líder do PFL) na TV explorando a desmoralização da palavra de Ulysses pelo PMDB, que ele carregou 20 anos nas costas?" — indagou ontem um integrante da Executiva do PFL, O melhor que Ulysses tinha a fazer, de acordo com esse deputado, era confirmar que houve o acordo e pedir à bancada que o respeitasse. Se não conseguisse ficaria pelo menos livre das críticas mais diretas.

A disposição dos dirigen-

tes do PFL é de entregar os dois cargos na Mesa — reivindicam a 1ª vice e a 2ª secretaria — e de começar a criar dificuldades nas comissões. O PMDB ficaria, então, responsável pela Assembleia Nacional Constituinte, com tudo desgastado. Acabaria sendo caracterizado como o PRI (do México) brasileiro.

O PMDB, no entanto, começou a articular seu contragolpe. Não havendo acordo com o PFL oferecerá ao PDT a 2ª vice-presidência e a 2ª secretaria. Com isso, não repetirá a arene que em 1978 elogiou toda a Mesa do Senado porque o PMDB não aceitava a presença dos senadores bônicos, alguns dos quais tornaram-se, mais tarde, importantes parlamentares do próprio PMDB.

qualificando a conversa de "simpática", disse que está com dificuldades em "voltar atrás", e que Covas está com dificuldades "em manter o acordo a nível de plenário". O líder do PFL manifestou a sua expectativa de que Covas possa "induzir a bancada a cumprir o acordo", e não quis fazer previsões na hipótese contrária.

Lourenço disse que não vê motivos para o PMDB insistir na 1ª vice-presidência, porque pela proporcionalidade partidária o cargo cabe ao PFL, e Humberto Souto tem "a melhor convivência com Ulysses Guimarães".

O vice-líder do PMDB, deputado Miro Teixeira (RJ), que participou da reunião, defendeu, falando enquanto constituinte, que se o PMDB aprovar na próxima terça-feira a proposta de ocupar a 1ª vice-presidência, deve também dedicar-se aos desdobramentos dessa posição, procurando acordo, inclusive, com outros partidos.

As negociações em torno da composição das comissões constitucionais ficam adiadas até uma definição sobre a Mesa, segundo Lourenço. Neste fim de semana, Covas examinará o assunto a partir dos dados que obteve das lideranças do PMDB na Câmara e no Senado.

Milton Reis quer que Ulysses ceda o cargo

Depois de manter sucessivos entendimentos com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e com os senadores Afonso Camargo e José Rícha, o secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis, afirmou que será necessário encontrar um meio de levar o deputado Ulysses Guimarães a se licenciar da presidência do PMDB para que o partido possa funcionar.

"Nós não temos o direito de exigir tanto sacrifício do Dr. Ulysses" — disse Milton Reis, numa alusão indireta ao fato de o atual presidente do PMDB acumular as presidências da Constituinte e da Câmara, não dispondo, portanto, de tempo para se dedicar às tarefas impostas pelo comando partidário.

O deputado Milton Reis disse que conversou com o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, com o senador Afonso Camargo, que é 3ª vice-presidente nacional do partido, e com o senador José Rícha, que desempenhou importante

Mas ele quer ficar

O deputado Ulysses Guimarães afirmou ontem que permanecerá na presidência do PMDB até o final do mandato, mesmo porque considera compatíveis as funções de presidente do partido e da Assembleia Nacional Constituinte, "tanto que as exerci até o presente momento".

"Depois de observar que 'sou presidente eleito, sem competidores e com as responsabilidades decorrentes dessa eleição', Ulysses Guimarães repetiu parte de sua declaração na última quinta-feira, quando lhe foi perguntado sobre as pressões que vem sofrendo para deixar a presidência do PMDB: 'Já dei demonstração de que coloco os interesses do partido e da Nação acima de interesse que seriam meus'".

E fez questão de frisar que esta declaração não

papel na vitória de Covas. — Chegamos à conclusão de que é preciso dinamizar o partido. Assim sendo, será necessário que o Dr. Ulysses Guimarães se licencie da presidência do partido. — disse Milton Reis.

Pressionado, o deputado Ulysses Guimarães já prometeu reunir a Executiva Nacional do PMDB, na próxima semana (terça ou quarta-feira, segundo Reis), para tomar decisões a respeito da dinamização da atividade partidária e do problema gerado pela eleição para os governos do Rio Grande do Sul e de Pernambuco do 1º e 2º vice-presidentes nacionais, Pedro Simon e Miguel Arraes.

De acordo com a legislação, detentores de cargos governamentais não podem exercer funções de direção partidária. Assim, Arraes e Simon terão duas alternativas — ou se licenciar dos cargos que têm na Executiva Nacional ou renunciar.

Se renunciarem, a Executiva Nacional terá que convocar o Diretório Nacional para eleger novos 1º e 2º vice-presidentes — fazendo publicar na imprensa, com oito dias de antecedência, o edital de convocação. Caso prefiram apenas pedir licença, seriam substituídos pelos dois suplentes da Executiva Nacional — o deputado piauiense Heráclito Fortes e o ex-deputado gaúcho João Gilberto.

Força partidária agora é ilegítima

ERALDO TRINDADE*

Coisas estranhas começam a surgir em meio às decisões nacionais preconizadas pelo Congresso Constituinte. Já se tornou rotina a intromissão de idéias elitistas em prejuízo das esperanças depositadas pelo povo na elaboração da nova Carta Magna, principalmente quando levamos em consideração que os interesses da Nação estão sendo cerceados pela vontade incoerente de grupos políticos.



E isto, infelizmente, o que está assistindo uma população perplexa e assustada; ao mesmo tempo desiludida com o processo político que ora se desencadeia.

Em uma análise até mesmo superficial, pode-se assegurar sem risco algum de erros, que um partido majoritário não pode se reservar o direito de ditar regras aleatoriamente, considerando os pontos de atrito e de choque que se evidenciam cada vez mais, posto que o povo não relegou poderes a partidos políticos, e sim aos constituintes, que surgem como seus legítimos representantes na elaboração da nova Constituição brasileira.

Decorridos mais de 60 dias da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, a população assiste, em transe assustante que as esperanças não passam de meras especulações, quando grupos de elites lutam com todas as armas disponíveis para fazer valer as suas idéias. Neste contexto surge o inexorável poder, arrancando das mãos do povo as glórias das conquistas que julgava possuir. O que se vê até agora, é uma luta desigual que travam os pequenos contra o todopoderoso PMDB, que inchou nas eleições de 15 de novembro último e se transformou em um dos maiores partidos do Ocidente, a exemplo da Arena do passado. Inclusive repetindo os mesmos erros praticados por esta, na época em que o autoritarismo existia na teoria e na prática. A única diferença, hoje, é que o atual partido da maioria, cuja força pode ser atribuída ao poder de mobilização do finito e bem-sucedido cabo eleitoral Plano Cruzado, começa a renegar, na teoria, o autoritarismo, ficando esse entulho como trampolim, na prática, para assegurar o poder.

Alguns setores do meu próprio partido, o PFL, também se engajam nessa deprimente luta, mas a coerência e o amor ao povo começam a ficar mais fortes, levando-nos, os frentistas-liberais, a uma trajetória bem mais gratificante, isto é, basearmos nossos passos, nosso raciocínio e nossa razão nos ideais da massa, das populações carentes, os principais artífices da escalada vitoriosa iniciada nas eleições constituintes. A partir daí é que começam os arritões, as crises do "poder", as chamadas "divergências políticas". Foi exatamente por isto que o meu partido juntamente com outros pequenos mas conscientes partidos políticos, retirou-se maciçamente do plenário no último dia 26 de fevereiro. Tratou-se na prática, da vitória, embora parcial, do Golias contra o gigante. O Golias, representado pelos parlamentares que resolveram agir em defesa do povo. O Gigante, encarnado nos parlamentares que defendem os interesses dos grupos de elite, resmungos no Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, relatado pelo senador Fernando Henrique Cardoso.

Entre tantos outros absurdos, expressivos setores do partido da maioria discute o parlamentarismo como "solução para os problemas nacionais". O risco é muito grande, quando se observa a desvairada disputa pelo monopólio de cargos. Que o Legislativo cumpra a missão outorgada pelo povo, e o Executivo comece a absorver os reais interesses do povo. Que todos, enfim, sejam explícitos e honestos no cumprimento de suas funções. O Legislativo, que assume sua responsabilidade diante das questões políticas. Quanto ao Executivo, que realize satisfatoriamente suas tarefas sem precisar legislar.

Que a Constituinte seja soberana, sem qualquer preocupação em reformular a atual Constituição, visto que, diante de um sistema falho o melhor é não se aproveitar peças desgastadas, mas reformular por completo a máquina. O importante é todos se conscientizarem de que o povo delegou uma nobre missão — a elaboração da nova Carta Magna. Vamos ao trabalho, então, sem nos esquecermos de que os interesses partidários, em prejuízo ao povo, serão sempre ilegítimos.

* Eraldo Trindade é deputado pelo PFL do Território do Amapá

SENADO

Novo tratamento para a dívida

A Comissão Especial de Negociação da Dívida Externa, que será criada na segunda-feira pelo Senado Federal, vai fazer um levantamento detalhado para saber se os empréstimos externos foram contraindidos e aplicados no País sem irregularidades. Sendo constatado alguma fraude, a Justiça deverá ser acionada. Foi o que prometeu ontem o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, depois de audiência com o presidente José Sarney, da qual participou, também, o líder do partido na Câmara, deputado José Lourenço.

Na segunda-feira, o Senado deve votar pela criação da Comissão, que será formada por 7 membros, sendo 3 do PMDB, 2 do PFL e dois dos partidos de oposição — PTB, PTB, PL, PT, PDT e PCB. Na terça-feira, Chiarelli quer realizar uma reunião de trabalho com o presidente Sarney, para discutir a estratégia que está sendo montada pela renegociação da dívida, até atingir a moratória. Depois, a Comissão vai ter um encontro com o ministro da Fazenda, Dilsen Fuaros, para discutir o assunto.

Teixeira é testado

O secretário-geral de Ação Comunitária, Anibal Teixeira, cotado para o Ministério de Planejamento, terá de responder a um longo questionário do senador Itamar Franco (PL-MG) sobre suas atividades. O requerimento foi aprovado pelo Senado e será enviado nos próximos dias à Presidência da República, à qual a Seac está subordinada.

em 06; 5 — quais as finalidades das verbas colocadas à disposição da Seac?; 6 — qual a metodologia adotada para suas atribuições?; 7 — de que forma foram essas concessões de verbas; através de dinheiro ou de cheques?; quais os números dos cheques correspondentes, referentes a M.N.s Gerais, e em que época foram as liberações?; tendo sido através de dinheiro em espécie, por quê?; 8 — quantos funcionários tem a Seac? qual é a forma de contratação, sob que regime trabalhista?; 9 — há algum funcionário à disposição de autoridade estadual? quantos e em que órgãos?; 10 — quantos projetos foram liberados por Estado, número dos projetos e o montante de recursos por Estados, discriminando-os?

O questionário de Itamar Franco, aprovado pelo Senado, começa assim: 1 — qual a competência e atribuição da Seac; 2 — quais foram os gastos realizados em 86?; 3 — quais foram as verbas liberadas? quem autoriza essa liberação?; 4 — quais os recursos e montantes colocados à disposição da Secretaria

ANÚNCIO FONADO
223-2323